

Flávio Gomes/Maria Helena Pereira Toledo Machado*

⇒ Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX

Em todas as sociedades escravistas - antigas e modernas - surgiram comunidades de fugitivos. Não representaram a única forma de reação à escravidão. Estas comunidades – algumas provisórias e outras tantas transformadas em microssociedades com organizações socioculturais e econômicas singulares e duradouras – receberam várias denominações. Na Colômbia e Venezuela ficaram conhecidas como *palenques* e *cumbes* respectivamente. No Caribe inglês e nos EUA, os fugitivos eram denominados de *maroons* enquanto que em Cuba e parte da América espanhola foram chamados de *cimarrones*. E no Caribe francês o mesmo fenômeno ganhou o nome de *marronage* (Price 1979).

No Brasil, no período colonial e no pós-colonial, estas comunidades ficaram conhecidas como *mocambos* e/ou *quilombos*, palavras de origem de povos da África Central. Mas por que as denominações *mocambos/quilombos* se difundiram no Brasil diferentemente de outras áreas coloniais que também receberam africanos da África Central e tiveram comunidades de fugitivos semelhantes? (Landers 2002). Uma hipótese seria a propagação do termo a partir da própria documentação produzida pela administração colonial portuguesa. Muitas autoridades no Brasil colonial tinham ocupado postos ou ocupariam os mesmos na África, havendo uma circulação de agentes administrativos em várias partes do Império Português na América, Ásia e África. Por exemplo, André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, personagens da Capitania de Pernambuco, na ocasião da expulsão dos holandeses, seriam posteriormente governadores em Angola. Até que ponto pode ter havido uma tradução cultural dos termos africanos na linguagem da administração colonial? Muitos soldados e militares que guerrearam na África tiveram experiência no Brasil contra holandeses, expedições antimocambos e apresamentos de índios. Assim, podiam estar falando de coisas diferentes – acampamentos de guerra/prisioneiros africanos na África e comunidades de fugitivos no Brasil – mas nomeando-as de forma semelhante (Freudenthal 1997; Miller 2004; Munanga 1995-1996; Neto 1989).

* Flávio Gomes é doutor em história social pela Unicamp e professor colaborador do programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também dos programas de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente desenvolve pesquisas em história comparada, cultura material e escravidão no Brasil, América Latina e Caribe. Maria Helena Pereira Toledo Machado é doutora em história social também pela USP. Atualmente é Professora Associada no Departamento de História da USP. Atualmente desenvolve pesquisas sobre os temas da ciência, raça e abolição, além de biografias de escravos e escravas. Entre suas publicações destaca-se: *Brazil Through the Eyes of William James, 1865-1866* (2006).

O termo *quilombo* só aparece para as comunidades de *Palmares* no final do século XVII. Em geral, a terminologia mais usada era mesmo *mocambo*, embora houvesse variações locais. Foi Stuart Schwartz quem chamou atenção para o fato de que ao longo do século XVIII - na documentação colonial - as comunidades de fugitivos foram denominadas *mocambos* para a Bahia e *quilombos* para Minas Gerais (Schwartz 1987). Assim *mocambos* (estruturas para erguer casas) teriam virado *quilombos* (acampamentos) e tais palavras ganharam traduções atlânticas entre o Brasil e a África. Porém, sabemos ainda pouco sobre como os habitantes de milhares de mocambos e de quilombos no Brasil se autorrepresentavam (Gomes 2005; Gomes/Reis 1996).

Nas Américas, as comunidades de fugitivos apareceram – ao mesmo tempo – em todas as partes, de norte a sul; no México, sul dos EUA ao Uruguai. Foram dezenas na Jamaica, São Domingos, Cuba, Colômbia, Porto Rico, Panamá, Suriname, Honduras, Equador, Guianas, Peru, Venezuela, Colômbia, etc. No Brasil foram centenas. Um aspecto importante que se verificou em diversas regiões americanas foi o desenvolvimento de povoados remanescentes de *quilombos*, *mocambos*, *cumbes*, *maroons*, *palenques* e *cimarrones*. Em várias áreas muitos destes antigos povoados de fugitivos e seus descendentes constituíram a base na construção de uma vertente camponesa que ainda luta pela terra e direitos de cidadania. Em tempos atuais – como há séculos atrás – existem semelhanças em torno de experiências, de agentes, de estratégias, das origens e das formas de organização (Anjos 2000). Nas sociedades pós-coloniais e depois nacionais ainda encontramos comunidades remanescentes destes fugitivos dos mundos da escravidão. Muitas apresentam longevidade e base cultural centenária, como aquelas nas florestas do Suriname ou na Colômbia ou na Jamaica, entre outros lugares (Acevedo Marin/Castro 1993; Bandeira 1988; Slenes 1996).

O objetivo deste artigo é analisar as formas específicas que tomaram alguns quilombos em São Paulo, apontando para a tendência de formação de comunidades *volantes* que, além de possuírem territórios móveis, desde os seus primórdios, ativamente agregaram populações de livres e libertos. A abordagem dos quilombos paulistas nos séculos XVIII e XIX, mais do que tipologias, exige a necessidade de análises mais detalhadas que considerem determinadas formações socioeconômicas, padrões de posse e propriedade escrava, fluxo demográfico africano, políticas senhoriais, fronteiras agrárias, política indígena, expectativa indigenista, politização abolicionista, formas de controle e estratégias das comunidades de senzalas, mais ou menos articuladas com os grupos de fugitivos (Sheridan 1985). Em São Paulo, ao mesmo tempo se desenvolveram fugas e interiorização, deserções em massa, deslocamentos geográficos e comunidades volantes.

Quilombos e mocambos coloniais

Já é vasta a literatura que trata de como se ergueram grandes, pequenas, estáveis, provisórias e móveis comunidades e povoados de escravos fugidos, espalhados nas florestas, planícies e planaltos de Cuba, Jamaica, Colômbia, Peru, Saint-Domingue e Guianas (Price 1979). No Brasil não foi diferente. Os primeiros mocambos datam de meados do século XVI. A primeira notícia surgiu na Capitania da Bahia em 1575. Embora uma legislação do Império Ultramarino Português – já definindo o fenômeno como quilombo - surgisse só em fins de 1740, autoridades e fazendeiros baianos andavam sobressaltados

diante da movimentação de fugitivos desde meados do século XVI. No mesmo período, as câmaras locais determinavam quanto às ações de perseguidores e capitães-do-mato enviados contra mocambos. Um regimento de março de 1588 recomendava punição exemplar. No final do século XVI, os principais problemas da colonização – transformados em “inimigos” – eram (nesta ordem): fugitivos em mocambos, ataques indígenas e incursões de piratas pelo litoral (Moura 1972 e 2001). No início do século XVII, a Capitania de Sergipe e principalmente a da Bahia constituíam empórios de mocambos. Há indícios de que os fugitivos destas capitanias, no século XVII, tenham se juntado aos vários mocambos de *Palmares*. Na década de 1660 explode intensa repressão aos mocambos baianos e sergipanos, parte da qual capitaneada por Fernão Carrilho, que também combateria os *palmaristas* anos depois (Gomes 2005). Em Sergipe noticiava-se mocambos nas áreas de Itabaiana em 1662 e 1663. Na Bahia deram o que falar em Camarogipe, Cachoeira, Iguape, Maragogipe, Jaguaripe, Porto Seguro, Cairú, Jacuípe, Camamu, Rio das Contas, Jacobina, Geremoabo, Rio Vermelho, Itapicurú, Rio Real, Sergipe do Conde, Vila de São Francisco e Ilhéus. Entre os mais conhecidos mocambos baianos estão: Buraco do Tatu (1763), Orobó e Tupim (1795). Schwartz anotou dezenas deles entre 1614 e 1809. Surgiriam em torno do recôncavo e próximos de Salvador e dos sertões, tanto ao sul e como ao norte da capitania baiana (Schwartz 1987 e 1988).

Para a Capitania da Paraíba há evidências sobre mocambos nos últimos anos do século XVII, precisamente em 1691. Em 1731 planejou-se um ataque ao denominado *Cumbe*, para o qual existem indícios de ter sido formado por grupos remanescentes dos ataques contra os mocambos de *Palmares* nos derradeiros anos do século XVII (Moura 1972). No Maranhão falou-se de expedições punitivas em fins do século XVII. Entre 1701 e 1702 foram preparadas tropas para atacar mocambos entre os rios Turiaçu e Gurupi. Para os anos de 1731, 1739, 1753, 1774 e 1793 continuariam chegando notícias sobre mocambos naquela área. Não muito distante, no município de Guimarães, em 1811, um considerável mocambo foi descoberto e atacado (Assunção 1996; Gomes 2005; Salles 1971).

Na Capitania do Grão-Pará comunidades de fugitivos tiveram características peculiares, reunindo – mais do que em qualquer outra parte do Brasil – habitantes indígenas e desertores militares. Em 1734 apareceria em correspondência com o Rei de Portugal ordens para atacar tais mocambos. Rios e igarapés, nestas extensas regiões, ficariam floridos de fugitivos, como no caso do rio Anauerapucu, em 1749. Em 1762 reclamações partiriam do rio Arauari. Nos anos 60 e 70 aumentaram os mocambos, inclusive muitos dos quais formados por índios fugidos das vilas dos Diretórios Pombalinos que substituíram os aldeamentos dos jesuítas, expulsos em 1757. Seguindo os rios Tocantins, Solimões, Madeira, Rio Branco, Trombetas, além de outros tantos, mocambos floresceram em meio à vasta floresta. Das matas de Cametá, Baião, Mocajuba, na região do Tocantins brotariam denúncias desde 1770. Nas áreas de fronteiras internacionais – destacadamente do rio Araguari – entre o atual Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa temia-se tanto a existência de mocambos como a comunicação de fugitivos e escravos de colônias diferentes. Noticiavam-se mocambos ali desde 1730 e as reclamações aumentariam nas décadas de 80 e 90. Fugitivos cruzavam as fronteiras e mantinham contatos com colonos e tropas francesas, além de indígenas e escravos que trabalhavam nas fazendas da Guiana Francesa (Salles 1971). Na Amazônia, outra região conhecida eram as áreas – de manguezais e criação extensiva de gado – em torno do Marajó como Soure, Muaná, Arari, Chaves e Ilha de Joannes. Nesta região, juntamente como aquela do Baixo Ama-

zonas – como Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre – destaca-se o incremento de mocambos no final do século XVIII. Os rios que banhavam Óbidos e Alenquer eram os que mais preocupavam. Nesta área, as comunidades de fugitivos negros e grupos indígenas do Brasil, Guiana Francesa e Suriname realizaram encontros transnacionais nas fronteiras já no século XX, segundo os estudos recentes de Alonso (2002) e Funes (1996). Surgiriam também mocambos próximos a Belém, por exemplo, no Guamá, Cotijuba, Mosqueiro, Vigia e Acará; em torno dos longínquos rios Tapajós, Negro, Solimões, Xingu e Madeira, ou então nas regiões de Barcelos, Ega, Faro e Cintra (Bezerra Neto 1999).

Na Capitania do Rio de Janeiro há indícios da existência de mocambos desde 1625. Em 1645, o Senado da Câmara local tentava regular as tomadias dos apresadores de fugitivos. Para 1659 reaparecem notícias de mocambos não muito distantes da cidade do Rio de Janeiro. Das matas em torno da Serra dos Órgãos apareceram informações em 1653. Ao findar o século XVII a questão permaneceria a mesma, qual seja; sem solução e com aumento do número de fugas. O século seguinte foi igual em denúncias, razias e expedições antimocambos em Santo Antônio de Sá, Macacu, Icaraí, Bacaxá, Saquarema, Tanguá, Cabo Frio, Itaboraí, Marica, Campos e Campo Grande (Coaracy 1950).

Embora fossem áreas de fronteiras abertas em termos econômicos, os primeiros registros sobre mocambos nas regiões de São Paulo e Minas Gerais datam somente do alvorecer do século XVIII. Extensas áreas de apresamento de índios e posteriormente aquelas de mineração se transformaram igualmente em refúgios preferenciais. Na Capitania de Minas Gerais, mocambos cresceram com o desenvolvimento da economia mineiradora. Eram contabilizados entre o ouro e os diamantes clandestinamente desviados e a expansão das fronteiras auríferas. Carlos Magno Guimarães – o mais importante historiador dos mocambos mineiros - anotou cerca de mais de 120 deles no século XVIII. Em Vila Rica há notícias desde 1717. Nas décadas seguintes aumentariam em quantidade e na extensão territorial de sua movimentação. Mocambos – ali mais denominados quilombos - tornaram-se muitos e com evidências para vários lugares, como em Mariana, Sabará, Serro Frio, Tijuco, São João d’El-Rey, Baependi, Vila Rica, Caeté, Campo Grande, Rio das Mortes, Diamantina, Pitangui e Paracatu, entre outras vilas e rincões (Barbosa 1972; Guimarães 1988 e 1996; Mata Machado Filho 1943).

No Rio Grande do Sul há notícias a respeito de grupos de fugitivos desde 1768. E denúncias mais detalhadas surgem em 1773. Nas fronteiras com o Uruguai (especialmente o rio Jaguarão) havia vários locais com a denominação topográfica “quilombos”. Maestri anota que em 1813 acabou sendo destruído um quilombo no “sertão da Serra Geral”, próximo a Porto Alegre. As legislações coloniais – destacadamente aquelas locais que ordenavam as ações dos capitães-do-mato – foram fundamentais para reprimir fugitivos, tanto nos limites de áreas semiurbanizadas e de extração aurífera ou junto às regiões de *plantation*, como nos sertões, quando tropas punitivas confundiam seus habitantes com índios, posto que dispersos nos grotões sob o manto protetor das matas inóspitas (Maestri 1979 e 1996).

Ao contrário de interpretações mais clássicas da historiografia,¹ em nenhuma parte do Brasil, os mocambos e os quilombos permaneceram isolados. Sua capacidade de inte-

¹ Ver por exemplo Moura (1972).

ração com vários outros setores sociais era o que mais assustava autoridades e fazendeiros. Frequentemente, os mocambos desenvolveram práticas econômicas integradas às economias locais e suas relações sociais complexas. Em muitas regiões brasileiras foram – de fato – reconhecidos como povoados de camponeses. Por outro lado, mocambos não eram coisas fixas, isoladas e sem transformações. Conteúdos e peculiaridades políticas que algumas formas de aquilombamento adquiriram, podem, sem dúvida, ter sido reflexo de várias e importantes transformações históricas (Gomes 2005). Foi Décio Freitas quem primeiro tentou produzir uma tipologia sobre os quilombos, sendo aqueles, segundo ele: “mineradores”, “extrativistas”, “pastoris” etc. Qualquer análise nesta direção deverá, porém, levar em conta os cenários sociodemográfico e econômico onde surgiram, sua capacidade tanto de migração como de alianças com os setores envolventes, tanto cativos nas senzalas e grupos indígenas, além da geografia de sua atuação, podendo ser em áreas de fronteiras econômicas abertas ou fechadas (Freitas 1982).

Cenários, interiorização e mobilidade

A presença africana em São Paulo remonta aos primórdios da colonização, porém permaneceu relativamente discreta no conjunto da população paulista até o início do século XVIII. Como em outras partes da América onde predominava o trabalho indígena, a escravidão africana estava associada a conjunturas e atividades econômicas específicas (Monteiro 1994). A partir da segunda metade do século XVIII, sobretudo após a restauração da Capitania de São Paulo em 1765, a população africana passou a crescer de maneira significativa. A lavoura canavieira se estabeleceu sobretudo nas vilas do interior da Capitania, porém a cidade também sentiu os efeitos da dinamização da agricultura e da escravidão, que cresceria mais ainda com o advento do café no decorrer do século XIX (Petroni 1968). Assim como em outras Capitanias – destacadamente Rio de Janeiro e Bahia – em termos econômicos, o período posterior à insurreição de São Domingos na década de 1790 foi providencial para tal expansão paulista. Nos primeiros anos do século XIX o açúcar já se tinha transformado no principal produto de exportação de São Paulo. O açúcar nessa época chegou a representar quase a metade das exportações paulistas. É claro que comparada a outras regiões tal produção era pequena. Enquanto que em 1808, a Bahia exportou 20 mil caixas, Pernambuco, 14 mil, Rio de Janeiro, nove mil; São Paulo exportou tão somente um mil (Schwartz 1988: 347).

Apesar de ter recebido poucos escravos africanos na segunda metade do século XVIII comparado a outras capitanias, especialmente a Bahia, com o ciclo de cana a população paulista como um todo – incluindo a escrava – aumentou substancialmente (Blaj 2002). Quanto à estrutura de posse de escravos, os índices de São Paulo também eram comparativamente mais reduzidos. No alvorecer do século XIX calculava-se que o número médio de cativos por senhor na Capitania era 5,0. Cerca de 70% dos proprietários escravistas possuíam menos de seis escravos.

Não eram somente em áreas agroexportadoras com grande concentração de escravos e de africanos que apareciam quilombos e mocambos. Também em áreas voltada para o mercado interno com padrões de posse de escravos menos concentrados surgiam registros de comunidades de fugitivos. Para São Paulo dos engenhos de açúcar do século XVIII, os plantéis eram médios e pequenos. Pequenos proprietários – com até três esca-

vos – detinham 35% do total de escravos. Considerando os plantéis com até 10 cativos este percentual eleva-se para quase 60%. (Schwartz 1988: 368). Meio século depois, ali já teria florescido uma consistente economia cafeeira com fazendas possuindo várias centenas de cativos. Segundo Klein e Luna, entre os finais do século XVIII e a década de 1820, a concentração de escravos por proprietário na Capitania de São Paulo no geral, aumentou, porém de maneira regionalmente diferenciada. Em 1804, a média de escravos por proprietário na região da capital era de cinco cativos, e sete na região do Oeste Paulista. Acrescente-se que, entre estes dois períodos, a proporção de domicílios sem escravos manteve-se estável, denunciando uma tendência à concentração de cativos em todas as regiões. Em 1829, enquanto no Oeste Paulista a média de cativos tinha se elevado para 11 por proprietário, na região da capital encontrou-se o mesmo número de cinco escravos por proprietário (Klein/Luna 2005: 167-222; Schwartz 1983: 259-296).

De qualquer modo, desde o início do século XVIII, tem-se notícias de quilombos e mocambos paulistas. Em 1722 havia informações da existência deles nas vizinhanças da cidade de São Paulo (Santos 1980: 28). A legislação das câmaras locais já determinava a repressão aos “escravos fugidos, que unidos em quilombos roubam e matam” nas estradas para as Minas. (Taunay 1934: 124-125 e 132-134). Os caminhos que as ligavam a São Paulo também eram conhecidos refúgios de negros fugidos, sempre acusados de cometerem roubos e assaltos. Comunidades de fugitivos continuariam florescendo. Havia denúncias sobre elas tanto em “Santos, no termo de São Luiz do Piratininga, nas freguesias de Atibaia, Piracicaba, no termo de Sorocaba e de Porto Feliz, nos vales de Jacupiranga e do Juquiá” como no sertão, do Tietê abaixo e no Paranapanema.² Segundo Aluísio de Almeida “tanto os campos do Itapetininga com os de Araraquara atraíram quilombos” (Almeida 1975: 22-23).

Um interessante episódio de um quilombo paulista colonial ocorreu na região interiorana de Mogi-Guaçu. Em junho de 1766, o Capitão-Mor de Mogi-Guaçu, Manoel Rodrigues Araújo providenciou o alistamento de capitães-do-mato para realizar diligências. Na sua avaliação o mocambo: “que se supõem estar neste rio abaixo me parece que alguns negros andam por estes contornos fazendo alguns furtos ainda que pequenos mas desses irão a maiores, e farão outros insultos”.³ Embora ainda não representassem perigo, tentava-se prevenir o aumento das fugas e principalmente o crescimento dos mocambos. Existindo escravos fugidos e a prática de pequenos furtos associadas à presença deles, era fundamental descobrir a real dimensão daqueles mocambos. Em agosto, o então Capitão-mor realizou uma expedição de exploração, posto ter enviado “sete pessoas a explorar e somente a notícia que me retrocederam foi que virão vestígios certos de estar gente a distante naquelas partes ou negros ou gentio por que a ordem que eu dei foi que não fosse pressentidos logo se retirarão”.⁴ Realizada com cautela, a expedição exploratória tentava averiguar se os “vestígios” naquelas matas eram provenientes de aldeias indígenas ou de mocambos de africanos e crioulos. A suposição de haver um mocambo

² “Sobre escravos fugidos e acoitados nas fazendas”, 02.09.1722, transcrito em: *Documentos Interessantes para a História e costumes de São Paulo* (Doravante Documentos Interessantes), Correspondência e papéis avulsos de Dom Rodrigo César de Menezes (1721-1728), Volume XXXII, São Paulo, 1901, pp. 25.

³ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (doravante BNRJ), Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 4, 04.06.1766.

⁴ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 6, 28.06.1766.

foi confirmada, pois segundo Ignácio Cabral da Cunha, moradores do termo de Jundiáí, próximo de Mogi-Guaçu, já reclamavam de “um quilombo muito grande” e que “experimentam continuamente graves prejuízos”.⁵ Diante da confirmação da existência de mocambos foi planejada uma expedição punitiva, que seria realizada por bandeiras. Em 17 de junho foi preparada a tropa que seria comandada por Simão Bueno da Silva. Já em setembro, depois de dias seguindo pistas e o desaparecimento de canoas foram encontrados “dois lugares de forja de ferreiro” e também “uma rancharia donde pararam os ditos negros alguns tempos e tinha esta rancharia noventa e tantas casas com três, duas, quatro camas”.⁶ Certamente as autoridades coloniais paulistas ficaram surpresas. Contavam com a existência de quilombolas, enquanto pequenos grupos de salteadores, mas não um grande mocambo. A surpresa aumentou quando, na floresta local, a tropa foi atacada pelos quilombolas que “não puderam contar mas asseguram ser de duzentos para cima”.⁷ Mais que depressa procurou-se realizar uma outra diligência com mais soldados e armamentos. Entretanto, em março de 1768, chegaram notícias dando conta que os quilombolas “se tem passado a partes mais remotas, escapando assim à diligência”.⁸

Nada mais sabemos sobre estes mocambos coloniais de Mogi-Guaçu. As informações dos responsáveis pela expedição de meados de 1766 foram claras: vestígios de um grande mocambo, com numerosas “rancharias”, “forja de ferreiro” e estrutura econômica e população consideráveis com “noventa e tantas casas com três, duas e quatro camas”.⁹ Provavelmente um mocambo bem antigo na região e talvez formado no início do século XVIII e com uma economia estável: produziam no próprio mocambo não só o necessário para a sua subsistência como também excedentes para eventuais trocas. Pequenos furtos e saques a viajantes e fazendas próximas serviriam como complemento para a sua economia. A existência de “forja de ferreiro” pode sugerir que havia ali uma economia complexa com a produção de ferramentas e algumas armas. Além de antigos, os habitantes destes mocambos paulistas pareciam estar bem protegidos naquele interior. As autoridades, segundo consta, sequer tinham notícias anteriores dele. É fato, que em algumas regiões, os mocambos estabeleceram-se e permaneceram mesmo décadas sem serem perseguidos (Corzo 2003).

Após a perseguição dos anos 1766 e 1768 e considerando o desaparecimento de qualquer registro sobre este mocambo podemos sugerir a migração do mesmo para outras áreas. Devido ao recorte geográfico e econômico do interior de São Paulo um processo de interiorização pode ter ocorrido com os mocambos paulistas entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX. Em 1778 apareceram informações de haver no interior paulista “dois grandes quilombos compostos de escravos fugidos das minas e que [se] estabeleceram nos sertões que margeavam o Tietê” (Queiroz 1977: 141). Dois anos depois o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Tacques Góes de Araújo era informado da prisão de fugitivos num “quilombo situado em Itapetininga”. Uma indicação da possibilidade da interiorização de alguns quilombos paulistas no final setecentista é que o viajante J. E. Pohl nas primeiras décadas do século XIX encontrou um quilombo na

⁵ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 6, 28.06.1766.

⁶ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 6, 28.06.1766.

⁷ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 9, 09.09.1766.

⁸ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 348, 25.03.1768.

⁹ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I - 30, 9, 42, doc. n° 4, 04.06.1766.

região de Minas Gerais formado de fugitivos escravos do interior paulista (citado em Bastide 1981: 155).

O fato é que as notícias sobre quilombos paulistas diminuem no final da primeira metade do século XIX quando, paradoxalmente, o tráfico negreiro transatlântico despeja milhares de africanos para as lavouras cafeeiras de São Paulo. Para os primeiros anos do século XIX há apenas algumas poucas indicações sobre a existência de mocambos em várias regiões da Capitania paulista, inclusive localizados próximos à cidade de São Paulo. Em março de 1804 notícias vindas de Piracicaba davam conta da “fermentação em que os negros estavam para se aquilombarem”.¹⁰ No final deste mesmo ano diligências eram preparadas. As autoridades da Vila de Paranaguá procuravam certificarem-se das denúncias a respeito da existência de “um Quilombo no Anhaya”. Já em 1807 a movimentação de quilombolas próximos à cidade de São Paulo deixam as autoridades coloniais sobressaltadas. Os capitães das Ordenanças das freguesias da Penha, de São Bernardo, de Santana, da Senhora do Ó, de Cotia, de Santo Amaro e da Conceição eram informados sobre “desordens, roubos, e descatos cometidos pelos negros fugidos e aquilombados nas vizinhanças”. Em 1811, da região de Linhares, surgiam denúncias da existência de “um quilombo de negros fugidos” nos “matos da Fazenda de D. Maria Fausta”.¹¹

Ainda que em notícias e denúncias mais raras quilombos podem ter continuado a surgir na primeira metade do século XIX, porém aumentando a incidência somente na segunda metade dos Oitocentos. Foi uma época marcada pela notável expansão da economia cafeeira, que tanto se consolidou nas áreas valeparaibananas quanto se introduziu no oeste paulista. O processo de expansão da cafeicultura neste período vai atingir seu ritmo mais feroz, tornando o café o principal produto de exportação (Taunay 1939-1943: 16-17). A consolidação do café no Vale do Paraíba paulista e Campinas, juntamente com a constante expansão dos cafezais para as áreas atravessadas pelas estradas de ferro Mogiana e Paulista, implicaram uma constante valorização do preço da terra e a constituição de unidades produtivas administradas segundo preceitos cada vez mais racionalizadores em termos de gestão, capitalização, investimento em melhorias do beneficiamento e utilização da mão-de-obra. O processo de expansão do oeste e noroeste paulistas até a abolição, no entanto, se deu fortemente atrelado à escravidão. Os índices mostram que, se na Província de São Paulo das últimas décadas da escravidão, não houve incremento do número total de escravos, ocorreu, decerto, um processo de concentração de cativos em algumas regiões e concomitante declínio ou quase desaparecimento da escravidão em outras partes da província (Santos 1980: 20-21; Conrad 1972: 295). A cidade de São Paulo, por exemplo, já em 1870 quase não possuía escravos, embora tivesse se tornado meca de escravos fugidos de todas as partes da província (Martins Filho/Martins 1983: 537-568; Mello 1990: 102; Slenes 1986: 103-157).

A ocupação extensiva de terras ao longo do quadrilátero central, do oeste e do noroeste da província pode explicar o rareamento das menções a quilombos nas primeiras

¹⁰ “Ofício para o Sargento-Mor Comandante de Paranaguá”, 18.09.1804 transcrito em: *Documentos Interessantes, Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da França e Horta (1804-1806)*, Vol. LVI, São Paulo, 1937, pp. 65.

¹¹ “Ofício para Capitão Mor das Ordenanças da Vila de Castro”, 27.08.1811 transcrito em: *Documentos Interessantes, Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da França e Horta (1810-1811)*, Vol. LIX, São Paulo, 1937, pp. 269-70.

décadas da segunda metade do XIX. Pode-se supor que a situação de alta competição entre proprietários pelo assentamento de fazendas em antigos caminhos, áreas de retaguarda e territórios indígenas, tenha dificultado a sobrevivência dos quilombos anteriormente mencionados em face de certa constância na presença da polícia e das autoridades, como aquelas localizadas entre Jundiá e Mogi Guaçu. Provavelmente, pressionados pelo avanço do café, os antigos mocambos – especialmente as comunidades formadas nas últimas décadas do século XVIII – procuraram paragens de menor visibilidade, migrando para regiões menos exploradas.

No entanto, a última década de vigência da escravidão na província assistiu ao forte recrudescimento das comunidades quilombolas, exatamente nas mesmas áreas onde elas haviam sido descritas nas fases iniciais da ocupação do quadrilátero central da província pela cana e algodão, isto é, na área centro-oeste paulista, entre Jundiá e Mogi Guaçu (Petrone 1968; Canabrava 1984). Entretanto, o ressurgimento de quilombos, a partir de 1879, conecta-se com o amplo processo de desintegração da escravidão nesta área, atravessado por forte protesto escravo, espelhado tanto nas ocorrências de crimes violentos quanto na eclosão de revoltas organizadas e, nos anos finais, nos volumosos deslocamentos de escravos, ocasionados pelas fugas em massa e migrações de libertos e suas famílias (Santos 1980; Machado 1987 e 1994). Na derradeira década da escravidão, a concentração de escravos em determinadas áreas cafeeiras da província – que haviam inchado ao longo das décadas anteriores via tráfico interno – mostrava ter produzido, sob o ponto de vista senhorial, um quadro no mínimo inesperado em termos da composição de comunidades escravas. Embora as fazendas continuassem recebendo “estrangeiros” (cativos crioulos e africanos oriundos de várias regiões através do tráfico interprovincial pós-1860) até os anos finais de vigência da escravidão, produzindo assim constantes acréscimos às comunidades escravas, é também verdade que os escravos vendidos para estas regiões podiam ter quase certeza que só sairiam de lá pela fuga ou pela abolição da escravidão. A situação criada pelas constantes compras de escravos – e praticamente nenhuma venda – acabou por possibilitar a formação de comunidades numerosas, as quais, embora continuassem recebendo novos membros, se consolidava em torno de uma experiência da escravidão adquirida localmente.

Um dos aspectos mais notáveis dos quilombos destes anos finais aparece em sua composição. Congregando escravos fugidos, libertos que decidiam deixar as fazendas, libertandos descontentes com o andamento das negociações com os fazendeiros, além de caboclos, os quilombos dos anos de 1885 inseriam-se na dinâmica geral de desintegração da disciplina escravista. Juntando-se às hordas de escravos que deixavam as fazendas em direção às cidades cafeeiras e outras – como São Paulo e, sobretudo Santos, onde o quilombo do Jabaquara e do Pai Felipe acolhiam todos os dias levas e levas de fugidos – estes quilombolas apontavam para os laços que se estavam estabelecendo entre escravos fugidos e livres na busca do estabelecimento de novas formas de vida na pós-emancipação que se delineava (Gebara 1988a e 1988b).

Desde os finais de 1885 as autoridades perseguiram uma série de quilombos volantes que se deslocavam entre Jundiá, Campinas, Valinhos, Estação Rebouças, Rocinha, Itatiba, Capivari e adjacências; os quais batidos em uma região reapareciam em outra, nessas andanças agregando constantemente escravos que abandonavam em levas as fazendas (Santos 1980: 33). Cada vez mais ousados e numerosos, os quilombolas começavam a invadir as fazendas, apoderando-se de pousos e alimentação em plena luz do dia. Este foi

o caso do mais famoso quilombola do período, José Mourthé, preso em junho de 1886, quando se achava aquilombado, juntamente com outros cinco companheiros, em pleno galinheiro grande dos escravos, existente na fazenda do Major João Francisco de Andrade Franco, localizado a 30 metros do açude e 500 metros da sede. Batido o quilombo por uma expedição composta de policiais e de agregados – e apesar de incendiado o galinheiro – resistiram os dois quilombolas que não haviam conseguido escapar, isto é, José Novo e José Mourthé. Diante da ordem de prisão, por exemplo, teriam respondido que preferiam morrer a se entregar. João Novo – armado de garrucha – conseguira escapar, enquanto Mourthé que portava apenas faca e foice acabou capturado. As declarações de ambos assustaram sobremaneira as autoridades. Confirmavam a existência dos célebres quilombos volantes locais, cada um com seu chefe, que vagavam pela região. Pressionado a dar maiores detalhes, José Mourthé fez declarações reveladoras: os quilombolas possuíam líderes e os diferentes quilombos achavam-se conectados. Além disso, apenas aparentemente os quilombolas vagavam sem destino ou objetivo. Na realidade, pretendiam eles se “internar com grande quilombo”, localizado em Amparo, município distante a pouco mais de 100 quilômetros da área inicial onde haviam sido inicialmente localizados.¹²

A possibilidade de conexão e a organização das atividades dos diversos quilombos volantes que atormentavam as autoridades e fazendas, exatamente no momento que esta mesma região estava conflagrada pelas ameaças de revolta e fugas em massa, só pode ter realmente levado pânico às autoridades (Machado 1994: cap.3).

Embora menos comuns, o Vale do Paraíba não deixou de registrar a existência de quilombos na fase final de vigência da escravidão. Em 1884, por exemplo, Areais e Queluz, cidades do Vale do Paraíba paulista, solicitavam ao Chefe de Polícia de São Paulo reforços para reprimir um resistente quilombo que constava existir na localidade do Palmital ou Lapa, na Serra do Picú, hoje município de Engenheiro Passos, contíguo a Resende, cujos membros andavam atacando as fazendas, praticando roubos e colocando a região em pânico. Uma incursão de repressão a este quilombo redundou na prisão de treze quilombolas, sendo que alguns deles declararam que viviam aquilombados havia mais de oito anos.¹³ Esta região passou a década de 1880 sob ameaça de levantes de escravos e é possível que este quilombo fosse subproduto de uma das tantas fugas coletivas de escravos resultantes de revoltas ou tentativas de revoltas que abundaram nesta região na década final da escravidão. Desde a frustrada tentativa de insurreição de escravos de Resende de 1880, capitaneada por Antonio Mesquita, a região vivia sob a expectativa de novas revoltas (Machado 1994: 174-227). A prisão do líder da revolta se deu exatamente no Quilombo do Palmital (Bopp 1978: 78). Esta conjuntura de revoltas escravas e a possibilidade de inchamento de quilombos aterrorizava a população. Foi o que aconteceu em 1881, diante de uma mera conversa entre dois escravos que ouvida por um transeunte motivou um pânico geral: muitos fazendeiros com suas famílias abandonaram as propriedades e se refugiaram na cidade. Nas investigações sobre este episódio, uma testemunha declarou que os dois escravos dialogavam sobre suas frustrações em relação

¹² DAESP, Processo Crime de 1886, Ordem 4049, caixa 66. José Mourthé: Réu. Crime de Resistência. Termo de Informação. Interrogatório de José Mourthé.

¹³ DAESP, Polícia, Ordens 2638 e 237, caixas 203 e 202, respectivamente.

às leis emancipacionistas – segundo o testemunho, especificamente com relação à lei de 28 de julho, provavelmente referindo-se equivocadamente a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871. Teriam comentado tais escravos que, se nada ocorresse de efetivo, eles iriam se levantar e se “vingar visto que estavam cansados de sofrer”.¹⁴ Em 1884, no mesmo ano que o quilombo do Picú fora batido, uma fuga em massa de uma fazenda no Bananal, localidade cafeeira vizinha a estas, novamente colocou a região em polvorosa: os escravos invadiram a cidade atemorizando os moradores.¹⁵

À medida que a década avançava, as fugas coletivas e em massa vão se tornar mais e mais constantes, misturando escravos, libertandos, libertos, os chamados “libertos de Antonio Bento” – quilombolas do Jabaquara e Pai Felipe de Santos, que retornavam às fazendas como assalariados, sob a tutela de abolicionistas – e mesmo homens livres. Neste contexto podemos sugerir o quanto devia ser difícil para as autoridades – e para os fazendeiros assustados – distinguir o que era um quilombo dos muitos pousos provisórios que os bandos de evadidos da senzala passaram a armar nas matas próximas às fazendas e estradas. Lembremos que era seguindo a pé os trilhos dos trens que estes grupos de fugidos se locomoviam em sua rota para a cidade de São Paulo e, em seguida, Santos. Este foi o caso, por exemplo, do famoso episódio que envolveu o liberto Pio, caifás e estivador de Santos, quando este conduzia um grupo de escravos e escravas que haviam abandonado as fazendas do quadrilátero central da província (Salto, Capivari e Itu) e se reunido em Itu, de onde seriam conduzidos, por alguns abolicionistas populares armados de garrucha, e sob a liderança de Pio, para o Quilombo do Jabaquara. No entanto, na altura do bairro de Santo Amaro, nos arredores da cidade de São Paulo, em caminho da Serra do Cubatão, um enfrentamento entre a polícia e o grupo ocasionou as mortes de um dos militares e do liberto Pio. Em consequência o grupo foi brutalmente caçado na serra, sendo muitos deles recapturados em Zanzalá, ponto mais alto do Cubatão, quando demandavam os caminhos que os levariam à Ponte do Casqueiro e à “liberdade” do outro lado do rio, no Guarujá, onde os esperavam os abolicionistas santistas.¹⁶

Episódio assustador, a caçada aos foragidos no Cubatão revoltou os negros da cidade de São Paulo. Este acontecimento, muito comentado nos jornais da época e no boca a boca das ruas de São Paulo, teve como consequência a mobilização dos negros da cidade, que aos gritos de “Viva a Liberdade e Morrão os Escravocratas”, invadiram o próprio Largo do Palácio, agredindo os praças com cacetadas, pedradas e pauladas, numa manifestação de declarada hostilidade contra a polícia violenta e os escravistas reticentes.¹⁷ Rota final de muitas fugas, os quilombos do Jabaquara e do Pai Felipe, ambos em Santos, podem se tornar excelentes guias para mapear a atuação do abolicionismo popular e republicano em São Paulo. De tradição liberal, a cidade de Santos havia desencadeado precocemente uma campanha abolicionista, que, em 1879, resultou no esforço de um grupo de abolicionistas para alforriar os escravos estivadores dos trapiches locais. Organizado em 1882, por abolicionistas republicanos, o Jabaquara pretendia se tornar

¹⁴ DAESP, Polícia, Ordem 2610, caixa 175.

¹⁵ DAESP, Polícia, Ordem 2630, caixa 195.

¹⁶ DAESP, Polícia, Ordem 2678, caixa 242, Pasta Fatos Notáveis e Notícias Avulsas. Ver também: Santos (1942: 264-265).

¹⁷ DAESP, Polícia, Ordem 2678, caixa 242, Informe do Chefe da Polícia ao Presidente da Província em 24.10.1887. Ver também Machado (1994: 157).

um refúgio para as levas de escravos que espontaneamente demandavam a Serra do Cubatão e a cidade portuária como refúgio.

É interessante sublinhar que a área de Cubatão havia sido tradicionalmente notada por autoridades como couto de quilombolas e fugidos. Aparentemente, um dos quilombos bem estabelecidos nesta área era o de Pai Felipe. Nos anos de 1880, na medida em que engrossavam as levas de fugidos, que pelo Cubatão passavam em busca da cidade de Santos, o Quilombo do Pai Felipe passou a ficar exposto, pois muitos foragidos buscavam aí abrigo, dando oportunidade para a repressão. Em resposta, também por iniciativa dos abolicionistas, este quilombo teria sido transferido para Vila Matias, bairro da cidade. No entanto, ele manteve sua organização à parte da do Jabaquara. Este, embora liderado por Quintino de Lacerda, ex-escravo da firma Lacerda & Irmãos, cujos proprietários foram republicanos históricos, se mantinha sob a organização de grupos abolicionistas santistas e paulistas ligados a Antonio Bento de São Paulo.¹⁸

Os quilombos paulistas puderam sobreviver apenas na região litorânea e no sul da província, onde antigas áreas de mineração, como Ivaporunduva, haviam sido abandonadas ainda nos finais do XVIII, ou em regiões de pequena produção de pinga e alimentos, ou ainda ao redor de pequenos portos (Queiroz 1983). Eram estas áreas de retaguarda no XIX, as quais não haviam conseguido se inserir no processo de capitalização cafeeira e onde existiam poucas ou nenhuma estrada de rodagem ou ferrovias. Foi por isso que elas conseguiram fixar, com certa estabilidade, as comunidades de quilombo. Nestas regiões, a migração da população economicamente integrada se deu muito mais para fora da região, procurando a escassa população branca paragens mais promissoras, subsistindo assim pouca atividade econômica local.

Considerações finais

Podemos sugerir que alguns quilombos paulistas setecentistas – se permaneceram na região – tiveram que procurar abrigo em áreas mais interioranas, próximas às regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso longe das fronteiras agrícolas cafeeiras (Petroni 1968; Marcílio 1973; Sant’Anna 1977; Viana 1969; Taunay 1954). Talvez uma das características de parte dos quilombos paulistas – pelo menos dos mais antigos, formados no século XVIII – seja a de se manterem mais afastados das áreas economicamente em expansão. Divididos em pequenos grupos, procuraram, em algumas ocasiões, se manter afastados dos núcleos urbanos e/ou das fazendas e engenhos. Provavelmente tentaram conquistar autonomia econômica, dedicando-se tanto a uma produção de subsistência – com pequenas roças – como uma economia extrativa (Zamella 1990: 55-65; Sant’Anna 1977: 121-123). Em 1769, notícias do interior paulistano davam conta da existência de quilombos “entre a Freguesia de Cotia e a Vila de Sorocaba”. Surgiram também informações que: “nestas vizinhanças há negros fugidos, e aquilombados, que andam pelos córregos; faiscando ouro, e saindo às estradas a fazer distúrbios, e malefícios...” (Gomes 2005).

De outro modo, podemos pensar também que a expansão agrícola em São Paulo – principalmente a partir do segundo quartel do século XIX – tenha empurrado alguns

¹⁸ Para maiores informações sobre o quilombo do Jabaquara ver Machado (2007: 241-280) e (2006: 247-274).

mocambos, provavelmente aqueles formados ainda no século XVIII, cada vez mais para o interior, principalmente para as áreas de Goiás, Minas Gerais e Mato-Grosso. Estas regiões possuíam grandes extensões de terras a serem desbravadas. Com consideráveis populações indígenas que dificultavam a interiorização, a incorporação destas áreas pela agricultura comercial se fez difícil, mesmo quando se considera a empreitada levada a cabo pelas bandeiras, ainda no século XVIII (Monteiro 1988: 121-124 e 1994: 184). Nos casos em que os quilombolas e escravos fugidos procuraram a interiorização em São Paulo, eles podem ter encontrado grupos indígenas (Karasch 1996; Schwartz 2003: 13-40).

Assim, no alvorecer dos Oitocentos, quilombos mais antigos podem ter procurado a interiorização para outras áreas – enquanto as fronteiras agrícolas paulistas avançavam rapidamente. Juntando-se ou não, garantidos pela proteção – mesmo involuntária – de microssociedades indígenas, migravam para as regiões de Goiás. Outros quilombos menores – formados basicamente por homens – podem ter continuado em São Paulo, transformando-se em grupos de salteadores. Ao mesmo tempo, com o impacto do tráfico negreiro e da expansão açucareira (e depois do café), podem ter se formado novos quilombos. Estes, ao invés de afastados, ficavam sempre próximos aos engenhos e fazendas, contando com a solidariedade de cativos assenzalados e mesmo taberneiros e setores camponeses. Alguns desses quilombos podem até ter desenvolvido uma pequena economia camponesa. A propósito, em 1809, denunciavam-se os escravos da fazenda Monjolinho em Campinas que estariam cometendo desordens. Aliás, aproveitavam-se para isso dos domingos e dias santos. Suspeitando-se de levantes foram eles castigados “com duzentos açoites no pelourinho cada um dos escravos da fazenda do Monjolinho pelo crime de resistência”. Mais de vinte anos depois, os cativos desta mesma fazenda – agora articulados com escravos africanos de diversas fazendas da região – tramaram uma insurreição. Após investigações e instauração de processo para julgar e condenar os revoltosos – posto que o plano de insurreição fosse descoberto – uma testemunha declarou ter ouvido dizer de um dos escravos articuladores do levante que “ainda havia de ir ao Quilombo ou Calomba e que não sabia ele testemunha se era esta alguma Fazenda ou Quilombo de negros no mato”.¹⁹

Em São Paulo Oitocentista, o desenvolvimento da *plantation* cafeeira proporcionou a formação de novas comunidades de senzalas com milhares de africanos. Crescentemente chegavam homens jovens africanos. Ocorriam assim nestas áreas, rápidas e profundas transformações sócio-demográficas, colocando em conexão populações escravas mais antigas das primeiras gerações de crioulos com africanos mais velhos, chegados ainda no século XVIII. O silêncio sobre os quilombos paulistas ao longo da primeira metade do século XIX pode ser produto desta conjuntura, amplamente desfavorável ao estabelecimento de comunidades de fugidos em terras em processo de valorização. Ao invés de quilombos mais estáveis como aquelas do período colonial, as comunidades de senzalas devem ter se acostumado com fugitivos solitários ou grupos deles em torno das fazendas (Morgan 1985).

Paradoxalmente, são escassas as notícias de quilombos paulistas mais estáveis e populosos no século XIX. Mas não podemos garantir que não existiram quilombos está-

¹⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (NRJ), Códice 468, Registro de Ordens dos Governadores e Capitães Gerais de São Paulo ao Comandante do Regimento de Infantaria miliciana de sertanejos da vila de Itu (1798-1824), Ofício de José Vicente da Fonseca, 03.03.1809.

veis e maiores em São Paulo, especialmente nas áreas cafeeiras. Além disso, eles podiam estar interiorizados e encobertos em áreas indígenas de fronteiras abertas ou frentes de expansão agrária. De qualquer modo, abundam indícios de comunidades de fugitivos volantes – talvez organizadas em pequenos grupos familiares ou por parentesco simbólicos construídos mesmo nas fugas e encontros nas matas – em torno das senzalas e do campesinato de livres e libertos.

Embora diferentes de áreas como Jamaica e Suriname, que possuíam fronteiras econômicas fechadas, vilas camponesas reconhecidas e florestas, além de quilombos estáveis e com tratados coloniais com as autoridades, os quilombos volantes de São Paulo não eram atípicos no contexto brasileiro do período. Em todos os casos, os quilombos, desenvolveram características variáveis, a depender das conjunturas vividas e regiões habitadas (Palácios 1987 e 1998).

Em São Paulo, o quilombo volante que se desenvolveu nos finais da escravidão foi, provavelmente, a forma mais persistente de comunidade de fugidos que a província produziu. Aparentemente provisório, improvisado e pouco enraizado, este tipo de aquilombamento assim constituído acabou proporcionando a necessária mobilidade para a sobrevivência de seus membros. No pós-abolição, estas mesmas características podem ter influenciado as formas pelas quais os libertos – muitos dos quais remanescentes destes pequenos quilombos – negociaram suas condições de trabalhos nas antigas propriedades escravistas ou migraram em grupos familiares em busca de mais terras em outros territórios.

Referências bibliográficas

- Acevedo Marin, Rosa Elizabeth/Castro, Edna M. Ramos (1993): *Negros do Trombetas. Guardiões de matas e rios*. Belém: UFPA.
- Almeida, Aluísio de (pseud. Luís Castanho de Almeida) (1975): *Vida quotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)*. São Paulo: Ed. Pannartz.
- Alonso, José Luís Ruiz-Peinado (2002): *Cimarronaje em Brasil. Mocambos em Brasil*. Barcelona: El Cep i La Nansa Edicions.
- Andrada, Antonio Bueno de (1939): “Depoimento de uma Testemunha”. Em: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, XXXVI, pp. 209-227.
- Anjos, Rafael Sanzio Araújo dos (2000): *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – Primeira configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria.
- Assunção, Mathias Rohrig (1996): “Quilombos maranhenses”. Em: Reis, João José/Gomes, Flávio dos Santos (Orgs.): *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 433-466.
- Bandeira, Maria de Lourdes (1988): *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense.
- Barbosa, Waldemar de Almeida (1972): *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Bastide, Roger (1981): “Los otros quilombos”. Em: Price, Richard (comp.): *Sociedades cimarronas. Comunidades escravas rebeldes en las Américas*. Madrid: Ed. Siglo Vientiuno, pp. 155 ss.
- Bezerra Neto, José Maia (1999): “Quando histórias de liberdade são histórias da escravidão: fugas escravas na Província do Grão-Pará (1860-1888)”. Em: *Estudos Afro-Asiáticos*, 36, pp. 73-96.

- Blaj, Ilana (2002): *A trama das tensões: O processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- Bopp, Itamar (1978): *Resende: cem anos da cidade, 1848-1948*. Resende: Edição do autor.
- Canabrava, Alice P. (1984): *O algodão em São Paulo, 1861-1975*. São Paulo: Quieiroz Editores.
- Castan (pseud.) (1924): *Scenas da abolição e scenas várias. Horrores da escravidão no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Metodista.
- Coaracy, Vivaldo (1950): “Quilombolas no Rio de Janeiro”. Em: Carneiro, Edison (org.): *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Globo.
- Conrad, Robert (1972): *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley: University of California Press.
- Corzo, Gabino La Roza (2003): *Runaway Slave Settlements in Cuba. Resistance and Repression*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Costa, Iraci Del Nero da (1992): *Arraia-Miúda. Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, Editores.
- Donald Jr., Cleveland (1973): *Slavery and Abolition in Campos, Brazil, 1830-1888*. Cornell University: Tese de Doutorado.
- (1976): “Slave Resistance and Abolitionism in Brasil: the Campista Case, 1879-1888”. Em: *Luso-Brazilian Review*, 13, 2, pp. 182-193.
- Flory, Thomas (1979): “Fugitive Slaves and Free Society: the Case of Brazil”. Em: *Journal of Negro History*, LXIV, 2, pp. 116-130.
- Freitas, Décio (1982): *O Escravidão Brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2ª ed.
- Freudenthal, Aida (1997): “Os quilombos de Angola no século XIX; a recusa da escravidão”. Em: *Estudos Afro-Asiáticos*, 32, pp. 109-134.
- Funes, Eurípedes (1996): “‘Nasci nas matas, nunca tive senhor’. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas”. Em: Reis, João/Gomes, Flávio dos Santos (Org.): *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 467-497.
- Gebara, Ademir (1988a): “Escravidão: fugas e controle social”. Em: *Estudos Econômicos*, 18, número especial, pp. 103-146.
- (1988b): “Escravos: fugas e fugas”. Em: *Revista Brasileira de História*, 6, 12, pp. 89-100.
- Gitahy, Maria Lúcia C. (1992): *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Unesp/Santos: Prefeitura Municipal de Santos.
- Gomes, Flávio dos Santos (2005): *A hydra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil escravista (sécs. XVII-XIX)*. São Paulo: Polis/UNESP.
- Gomes, Flávio dos Santos/Reis, João José (Org.) (1996): *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Guimarães, Carlos Magno (1988): *Uma negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone Editora.
- (1996): “Mineração, quilombos e Palmares. Minas Gerais no século XVIII. Em: Reis, João/Gomes, Flávio dos Santos (Org.): *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 139-163.
- Karasch, Mary (1996): “Os quilombos do Ouro na Capitania de Goiás”. Em: Reis, João/Gomes, Flávio dos Santos (Org.): *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 240-262.
- Klein, Herbert S./Luna, Francisco Vidal (2005): *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, pp. 167-222.
- Lamounier, Maria Lúcia (2007): “Agricultura e mercado de trabalho: Trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890”. Em: *Estudos Econômicos*, 37, 2, pp. 353-372.
- Landers, Jane (2002): “The Central African Presence in Spanish Maroons Communities”. Em: Heywood, Linda (ed.): *Central Africans and Cultural transformations in the America Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 227-241.

- Machado, Maria Helena P. T. (1987): *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1840-1888*. São Paulo: Brasiliense.
- (1994): *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/São Paulo: EDUSP.
- (2006): “From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late-Nineteenth-Century Brazil”. Em: *Hispanic American Historical Review*, 86, 2, pp. 247-274.
- (2007) “De Rebeldes a Fura-Greves: As duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação”. Em: Cunha, Olivia/Gomes, Flávio dos Santos (Orgs.): *Quase-cidadãos. Histórias e antropologias da Pós-Emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, pp. 241-280.
- Maestri Filho, Mário José (1979): *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. Porto Alegre: Universidade de Caxias.
- Maestri, Mário (1996): “Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul”. Em: Reis, João/Gomes, Flávio dos Santos (Org.): *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 247-274.
- Marcílio, Maria Luíza (1973): *A cidade de São Paulo. Povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira.
- Martins Filho, Amílcar/Martins, Roberto B. (1983): “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth Century Revisited”. Em: *Hispanic American Historical Review*, 3, 63, pp. 537-568.
- Mata Machado Filho, Aires de (1943): *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- Mello, Zélia Cardoso de (1990): *Metamorfoses da Riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Miller, Joseph C. (2004): “Retention, Reinvention, and Remembering: Restoring through Enslavement in Africa and under Slavery in Brazil”. Em: Lovejoy, Paul E./Curto, José C. (ed.): *Enslaving Connections. Changing Cultures of Africa and Brazil during The Era of Slavery*. New York: Humanity Books, pp. 81-121.
- Monteiro, John M. (1988): “From Indian to Slave: Forced Native Labour and Colonial Society in São Paulo during the Seventeenth Century”. Em: *Slavery & Abolition*, 9, 2, pp. 121-124.
- (1994): *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Morgan, Philip (1985): “Colonial South Carolina Runaways: their Significance for Slave Culture”. Em: *Slavery & Abolition*, 6, 3, pp. 57-78.
- Moura, Clóvis (1972): *Rebeliões da Senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista.
- (Org.) (2001). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Ed. Universidade Federal de Alagoas.
- Munanga, Kabengele (1995-1996): “Origem e histórico do quilombo na África”. Em: *Revista USP*, 28, pp. 53-63.
- Neto, Maria da Conceição (1989): “Kilombo, quilombos, ocilombo...”. Em: *Mensagem. Revista Angolana de Cultura*, pp. 5-19.
- Palacios, Guilherme (1987): “Campepinato e escravidão: Uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil, C. 1700-1875”. Em: *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, 30, 3, pp. 325-356.
- (1998): *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución Industrial*. México: El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica.
- Petrone, Maria Thereza Schorer (1968): *A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel.
- Price, Richard (Org.) (1979): *Maroon Societies. Rebel Slave Communities in the Americas*. (2ª ed.). Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

- Queiroz, Renato da S. (1983): *Caipiras negros no Vale do Ribeira: Um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: FFLCH/USP.
- Queiroz, Suely Robles Reis de (1977): *Escravidão negra em São Paulo; um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no Século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Salles, Vicente (1971): *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: FGV.
- Sant'Anna, Nuto (1977): *São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Cons. Estadual de Cultura.
- Santos, Corcino Medeiros dos (1975): "Algumas notas para o estudo da economia de São Paulo no final do século XVIII". Em: *Estudos Históricos*, 13-14, pp. 85-112.
- Santos, José Maria dos (1942): *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins.
- Santos, Ronaldo Marcos dos (1980): *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE-USP.
- Schwartz, Stuart B. (1983): "Padrões de propriedade de escravos nas Américas; nova evidência para o Brasil". Em: *Estudos Econômicos*, 13, 1, pp. 259-296.
- (1987): "Mocambos, quilombos e palmares: A resistência escrava no Brasil colonial". En: *Estudos Econômicos*, 17, número especial, pp. 61-88.
- (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. São Paulo: Cia das Letras.
- (2001): *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: Cia. das Letras.
- (2003): "Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas". Em: *Afro-Ásia*, 29-30, pp. 13-40.
- Sheridan, Richard. B. (1985): "The Maroon of Jamaica, 1730-1830: Livelihood, Demography and Health". Em: *Slavery & Abolition*, 6, 3, pp. 152-172.
- Slenes, Robert W. (1986): "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888". Em: Costa, Iraci del Nero da (Org.): *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, pp. 103-152.
- (1996): "Histórias do Cafundó". Em: Vogt, Carlos/Fry, Peter (com a colaboração de Robert Slenes): *Cafundó. A África no Brasil. Linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 37-102.
- Taunay, Affonso de E. (1934): *História da cidade de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Segundo Tomo, pp. 124-5 e 132-3.
- (1939-1943): *História do café no Brasil*, volume IX. Rio de Janeiro: DNC.
- (1941): *Ensaio da história paulistana*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- (1954): *Catálogo dos documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- Viana, Hélio (1969): *São Paulo no Arquivo de Matheus*. Rio de Janeiro: Div. de Publicações e Divulgação.
- Zamella, Mafalda P. (1990): *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp.